
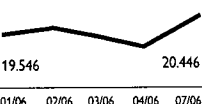


BOLSAS	BOVESPA	C-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na segunda (em %)	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida externa brasileira, na segunda	Comercial, venda, segunda-feira (em R\$)	Turismo, venda (em R\$)	Onça troy na Comex de Nova York (em US\$)	Prefixado, 30 dias (em % ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
 +1,45 Nova York		0,91 (▲0,90%)	3,112 (▼0,64%)	Últimas cotações (em R\$) 31/maio 3,19 01/junho 3,14 02/junho 3,13 03/junho 3,15 04/junho 3,13	3,903 (▲0,26%)	394,10 (▲0,92%)	15,73
							Dezembro/2003 0,52 Janeiro/2004 0,76 Fevereiro/2004 0,61 Março/2004 0,47 Abril/2004 0,41

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia - Brasil

Ministério da Fazenda fecha as portas para a redução de tributos no Brasil, mesmo diante de uma experiência de aumento da arrecadação com a queda na alíquota do ICMS sobre o álcool no estado de São Paulo

Impostos não caem

ARNALDO GALVÃO

ENVIADO ESPECIAL

SÃO PAULO — Em um seminário sobre combate à sonegação fiscal, à pirataria e à informalidade em São Paulo ficou clara a disposição do governo federal em não reduzir alíquotas de tributos, mesmo que o resultado de experiências já adotadas, no Brasil, tenha sido o aumento de arrecadação. Depois de ouvir o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), comentar que a redução do ICMS de 25% para 12% no álcool combustível resultou em aumento de 7% na arrecadação do estado, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, disse que o feito conseguido por São Paulo é “raríssimo”. Para ele, o fato de mais gente passar a pagar um imposto quando ele é menor não pode ser considerado uma regra, mas exceção.

A redução de alíquotas de impostos e contribuições foi apontada pelo Instituto Etco — que encomendou um estudo sobre o assunto à consultoria McKinsey — como uma das soluções para reduzir a sonegação fiscal, o que teria efeitos diretos para diminuir o nível de informalidade da economia brasileira. Além disso, tornaria o produto brasileiro mais competitivo e incentivaria o consumo, já que os preços poderiam ser reduzidos.

Lisboa, no entanto, considera mais eficiente e menos arriscado melhorar os mecanismos legais que permitem a cobrança de impostos atrasados na Justiça e também o recebimento de dívidas privadas que não foram pagas. Dessa maneira, o secretário acredita que os bons pagadores e contribuintes que respeitam a lei e os contratos deixarão de ser penalizados.

Essa seria, na opinião de Lisboa, apenas uma das medidas que o governo está analisando para aperfeiçoar a economia e reduzir a informalidade. A redução da carga tributária sobre a folha de salários das empresas está na agenda dos Ministério da Fazenda.

O secretário justificou sua posição citando a principal conclusão de uma pesquisa realizada em São Paulo. O depoimento de aproximadamente 600 micro-empresários revelou que as dificuldades burocráticas são mais relevantes que a carga tributária para determinar as causas da informalidade.

O seminário “Brasil paralelo versus Crescimento Econômico”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), apresentou uma pesquisa que revela 25 pontos que mais prejudicam o equilíbrio na competição entre as empresas. Além de Alckmin e Lisboa estiveram presentes o professor do Ibmec Eduardo Giannetti da Fonseca, o economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade de Princeton, o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, o ex-secretário

da Receita Federal, Everardo Maciel, e o presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz.

Giannetti da Fonseca criticou a postura do secretário Marcos Lisboa, contrária à redução da carga tributária. “Está na hora de o governo começar a ter um pouco mais de coragem porque o jogo atual não vai levar a bons resultados”, alertou. Giannetti citou contatos que teve com vários dirigentes de grandes empresas, algumas multinacionais. Esses executivos, segundo o professor, estão relutando em investir no país porque estão vendo suas fatias de mercado serem “comidas” pela informalidade incentivada pela pesada carga tributária.

“Fiscalização e punição não resolvem o problema”, afirmou Giannetti. Ele disse que o Brasil tem de rever com urgência os encargos que incidem sobre a folha de salários nas empresas. Há espaço para reduzir a tributação sem perder arrecadação.

O professor Giannetti defendeu ontem uma diminuição de 20% para 14% da contribuição

paga ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pelos empregadores. Em 2001, o INSS arrecadou R\$ 62,5 bilhões e gastou R\$ 75,3 bilhões, dos quais R\$ 28 bilhões não tinham nada a ver com previdência e sim com assistência social. “Não é inteligente fazer com que o custo do trabalho seja responsável por essas despesas”, justificou.

Grande Paraguai

A raiz do aumento dos gastos públicos no país — causa da elevação da carga tributária — decorre, segundo o professor, da relação entre União, estados e municípios estabelecida na Constituição Federal de 1988. “Desde 1990, foram criados mais de mil novos municípios e muitos deles gastam mais com o pagamento das câmaras de vereadores do que com saneamento básico”, lamentou. O peso dos tributos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) saltou de 27% (1994) para 37% (2003). “É uma carga tributária de país desenvolvido com programas sociais de país africano. Há alguma coisa profundamente errada nas finanças públicas do Brasil e isso está matando a galinha dos ovos de ouro que é o setor privado”, criticou.

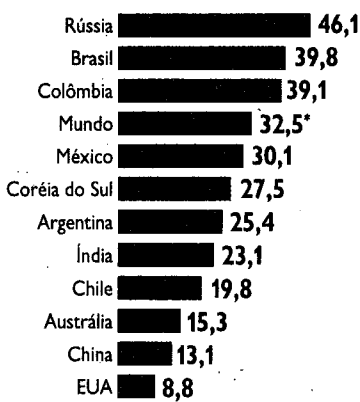
O setor privado, na análise de Giannetti, já está no limite de suportar esse aumento dos gastos do Estado com o pagamento de tributos. As empresas formais não conseguem crescer junto às classes média e alta porque a economia está estagnada e também porque suas concorrentes informais estão ganhando espaço nas camadas mais pobres da população. Ele afirma que, nesse aspecto, o governo Lula está repetindo o padrão de aumento da carga tributária praticado por Fernando Henrique Cardoso. “Não é só a foto que preocupa. O filme é ruim. Em larga medida, o Brasil já é um grande Paraguai”, lamentou o professor.

A INFORMALIDADE

Cerca de 40% da economia e 50% do emprego urbano no Brasil são informais

NO MUNDO

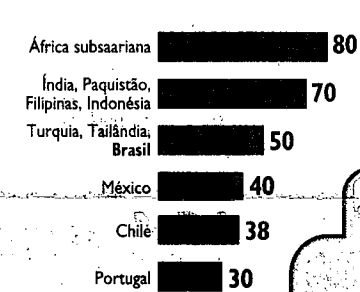
Em % da renda nacional bruta



*Média de 133 países analisados pelo Banco Mundial

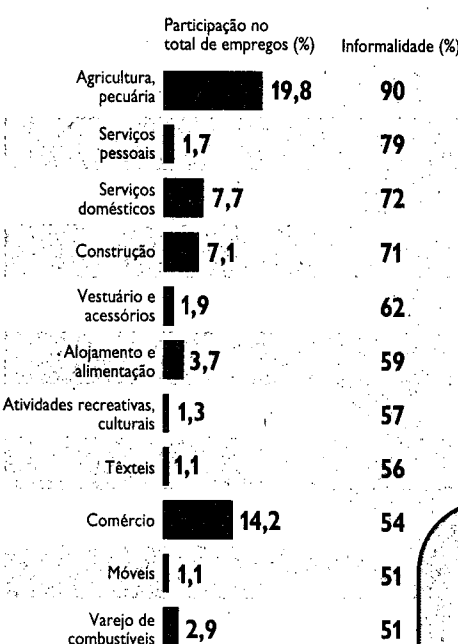
NO MERCADO DE TRABALHO

Em % da mão-de-obra urbana



NO BRASIL

Setores com maior incidência de informalidade



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) e Banco Mundial

Arte: Anderson Araújo

CARGA

O peso dos tributos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) saltou de

27%

em 1994 para

37%

em 2003